



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

Assessoria Jurídica

4 de junho de 2021

Sra. Tania Reneaum Panszi  
Secretaria Executiva  
Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
1889 F Street NW  
Washington, D.C. 20006

**REF: MC-563-20 Povo Yanomami y Povo Ye'kwana vs. Brasil**  
**MC-754-20 Povo Guajajara vs. Brasil**  
**MC-679-20 Povo Munduruku vs. Brasil**  
**180º Período de Sessões**  
**Brasil**

A Associação das Mulheres Munduruku Wakoborũn, a Associação Indígena Pariri, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Clínica de Direitos Fundamentais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Justiça Global, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), a Terra de Direitos e a Indian Law Resource Center, vêm apresentar resumo dos principais aspectos da exposição na referida audiência.

### **I) Escalada dos Conflitos e Ataques e da Iminência de Massacre de Indígenas**

Na audiência concedida pela CIDH os petionários vão demonstrar a grave situação de invasões de terceiros não-índios nas terras indígenas objeto da referidas Medidas Cautelares, em Terras Indígenas (TIs) já demarcadas pelo poder público, todas já homologadas, tendo sido finalizado o processo de reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena em todas elas. Por esse motivo, nos termos do artigo 231 da Constituição da República do Brasil, são terras



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

de propriedade da União e de usufruto exclusivo das comunidades indígenas que ali habitam, inexistindo direito a qualquer *não indígena* de ali permanecer e extrair riqueza naqueles territórios.

Desde a concessão das Medidas Cautelares tem ocorrido uma escalada de conflitos, em razão do aumento das invasões nas TIs, o que ameaça gravemente a vida, a integridade física e a saúde dos povos indígenas, além de lesar o meio ambiente. Nas terras indígenas Yanomami e Munduruku, a situação é ainda mais grave: há risco iminente de massacres de indígenas, com risco de genocídios! Em relação ao povo Munduruku, as ameaças foram informadas à CIDH por meio de comunicações enviadas em 15 e 22 de março e em 22 de abril. Em relação ao povo Yanomami, as ameaças foram informadas à CIDH por meio de comunicações enviadas em 11 e 12 de maio de 2021.

Frente à escalada das invasões e da violência, em 24 de maio, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, Relator da Arguição De Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) N<sup>o</sup> 709, concedeu medida cautelar ao pedido de Tutela Provisória Incidental, formulado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), determinando

[...] à União a adoção imediata de todas as medidas necessárias à proteção da vida, da saúde e da segurança das populações indígenas que habitam as TIs Yanomami e Mundurucu, diante da ameaça de ataques violentos e da presença de invasores, devendo destacar todo o efetivo necessário a tal fim e permanecer no local enquanto presente tal risco.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rel.: Ministro Luís Roberto Barroso, ADPF 709/2020, Tutela Provisória Incidental, p. 14-15. (Anexo I).



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

No que tange à sistemática da intervenção da União nas TIs Munduruku e Yanomami, determinou que:

(i) está vedada à União a atribuição de qualquer publicidade às suas ações, devendo abster-se de divulgar datas e outros elementos, que, ainda que genéricos, possam comprometer o sigilo da operação, de modo assegurar sua efetividade; (ii) eventuais providências que demandem a atuação deste Juízo quanto a tais ações deverão ser processadas nos autos sigilosos em que tramita o Plano Sete Terras Indígenas; (iii) a União deverá entrar em contato com o representante da PGR, conforme orientado nos aludidos autos, para acompanhamento da operação, assegurada a cadeia de custódia da informação; (iv) a União deverá apresentar relatório sobre a situação das aludidas TIs e sobre a operação realizada, tal como ali determinado; (v) de forma a evitar a reiteração do ilícito, está desde logo autorizado pelo Juízo que as medidas de intervenção sejam acompanhadas da destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração, inclusive dos equipamentos nela utilizados, pelos fiscais ambientais, no local do flagrante, sem necessidade de autorização de autoridade administrativa hierarquicamente superior, providência cautelar amparada pelos arts. 25 e 72, V, da Lei 9.605/1998 e pelos arts. 101, I, e 111 do Decreto 6.514/2008. Nesse sentido, a Polícia Federal deverá dar ciência desta decisão aos servidores que participarem da operação para que destruam os equipamentos.

Na audiência serão reafirmados e demonstrados os indícios de ameaça à vida, à saúde e à segurança das comunidades localizadas nas TIs Yanomami e Munduruku, que se expressam na vulnerabilidade de saúde de tais povos, agravada pela presença de invasores, pelo contágio por COVID-19 que eles geram e pelos atos de violência que praticam.

## II) Povo Munduruku

No que concerne ao Povo Munduruku, os altos níveis de mercúrio constatados nas análises das amostras de cabelo realizadas pela Fundação



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

Oswaldo Cruz, resultantes do uso descontrolado da substância no garimpo de ouro nas TIs e adjacências, já foram documentados e submetidos à CIDH na MC-679-2020 CIDH.<sup>2</sup> Nota Técnica da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), de 17 de maio de 2021,<sup>3</sup> reafirma a gravidade da situação de saúde e de contágio de tais comunidades:

Recente estudo acerca da situação de saúde do povo Munduruku da Terra Indígena Sawré Muybu (autodemarcada e não homologada), localizada nos municípios de Itaituba e Trairão, no estado do Pará, revela igualmente um grave cenário nutricional (Basta & Hacon, 2020). A análise dos níveis de hemoglobina revelou que quase um terço (31,5%) dos adultos apresentavam anemia, havendo um gradiente de prevalência entre as aldeias, sendo a situação mais grave observada na aldeia Sawré Aboy 9 (52,9%). Cerca de uma em cada cinco crianças menores de 5 anos apresentava anemia (21,1%), sendo agravada na faixa etária de 6 a 12 meses.

.....

Em todos os participantes [na TI Sawré Muybu], incluindo crianças, adultos, idosos, homens e mulheres, sem exceção, foram detectados níveis de mercúrio nas amostras de cabelo. Os níveis de contaminação variaram de 1,4 a 23,9 µg Hg/g de cabelo e aproximadamente 6 em cada 10 (57,9%) participantes apresentavam níveis de mercúrio acima 6µg.g-1. Índices de mercúrio mais elevados foram observados na aldeia Sawré Aboy, onde aproximadamente 9 em cada 10 pessoas avaliadas (87,5%) apresentaram níveis de mercúrio acima 6µg.g-1. Na aldeia Poxo Muybu, 6 em cada 10 pessoas avaliadas (60,6%) apresentaram altos níveis de contaminação, enquanto na aldeia Sawré Muybu, 4 em cada 10 pessoas avaliadas (42,9%) encontravam-se contaminadas.

.....

Embora a população Munduruku, hoje estimada em 12.000 pessoas, represente menos da metade da população Yanomami, o número de casos

<sup>2</sup> Em comunicação à CIDH em outubro de 2020, os petionários apresentaram relatório de impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia Oriental, com foco no povo Munduruku, produzido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e publicado em 15 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Nota Técnica do Grupo de Trabalho em Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), de 17 de maio de 2021, p. 8-9, 15 e 22. Anexo II.



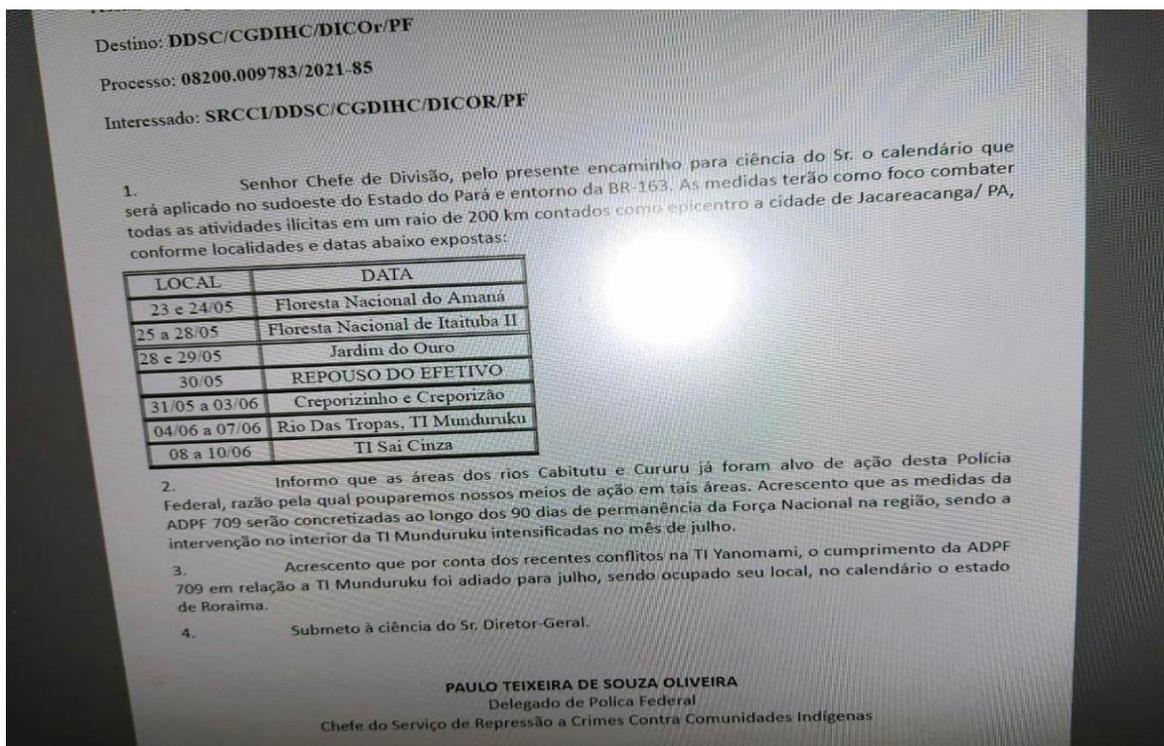
## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

de Covid19 confirmados (n=2.132) no boletim epidemiológico publicado pelo DSEI Tapajós em 14/05/2021, é 50% maior do que o notificado pelo DSEI Yanomami. Ademais, o número de óbitos (n=19) registrados no DSEI Rio Tapajós também ultrapassa o reportado no DSEI Yanomami.

Frente à determinação do STF, o Ministério da Justiça expediu a Portaria nº 215, de 12 de maio de 2021, autorizando o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nas TIs Munduruku e Sai-Cinza, situadas no Município de Jacareacanga, Estado do Pará, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por noventa dias, no período de 23 de maio de 2021 até 20 de agosto de 2021.<sup>4</sup>



<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mjsp-n-215-de-12-de-maio-de-2021-319573738>



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

A Força Nacional, ao chegar ao município de Jacareacanga, em 24 de maio, para o início das operações visando a retirada dos garimpos ilegais, encontrou forte resistência dos proprietários de máquinas e equipamentos de extração de ouro, de comerciantes e políticos locais, como o vice-prefeito de Jacareacanga, Valmar Kaba Munduruku<sup>5</sup>, o prefeito de Itaituba, Valmir Climaco e o Deputado Estadual Hilton Aguiar.

Também são contrários às operações para retirada dos garimpos alguns indígenas cooptados pelos mineradores ilegais. Na audiência à CIDH, os peticionários irão reiterar a decisão da maioria do Povo Munduruku em favor da retirada dos garimpos ilegais, conforme decisão da 'Assembleia da Resistência' realizada entre 15 e 18 de dezembro de 2020, na aldeia Waro Apompu. Todas as aldeias Munduruku foram convocadas, inclusive aquelas que em que indígenas foram cooptados por não-indígenas para a atividade de garimpo. Em carta publicada deixam claro sua posição: “não aceitamos a criação da cooperativa agro garimpeira Munduruku que foi criada na aldeia Karapanatuba em dezembro de 2020, por um pequeno grupo de indígenas. Somos Munduruku e não garimpeiros. Não precisamos do garimpo para viver, temos nossas organizações que trabalham para a vida e não para a morte”.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Jornal Nacional. Garimpeiros, apoiados por políticos locais, interditaram principal acesso a Jacareacanga. Grupo incendiou casas de uma aldeia e, segundo a PF, tentou invadir base da operação para destruir equipamentos. Notícia de 26/5/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/26/manifestacao-tenta-impedir-operacao-contra-garimpo-ilegal-em-terras-indigenas-no-para.ghtml>

<sup>6</sup> Disponível em: <https://movimentomundurukuipegayuii.wordpress.com/2020/12/20/assembleia-da-resistencia-aldeia-waropompu-15-a-18-dezembro-de-2020/>



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

No dia 26 de maio, após o início da operação denominada Mundurukania – ação que contou com agentes do Instituto Nacional do Meio Ambiente (Ibama), Polícia Federal (PF), Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal (PRF) – em que máquinas e equipamentos de extração ilegal de ouro foram destruídos, os garimpeiros foram às ruas protestar e fecharam o comércio do município de Jacareacanga. Logo após, um grupo de garimpeiros se dirigiu de barco à comunidade Fazenda Tapajós e, em retaliação, incendiaram totalmente a casa da Presidente da Associação Wakoborun, Maria Leusa Cosme Munduruku, além de cortarem a energia e a internet do local. O ataque foi amplamente documentado pela imprensa e a própria CIDH se manifestou, em 27 de maio, sobre graves danos que garimpeiros causam a esse povo e seu território, lembrando ao Estado seu dever de respeitar a vida e integridade do povo Munduruku, beneficiário de medidas cautelares.<sup>7</sup> A ‘Carta aberta em apoio ao povo Munduruku em Jacareacanga-PA’ contém o relato detalhado do ataque.<sup>8</sup>

No dia 28 de maio, no final da tarde, o local onde Maria Leusa e familiares buscaram abrigo, após o incêndio de sua casa na aldeia, foi cercado por um grupo significativo de garimpeiros e apoiadores locais, que ameaçou atear fogo. Como o efetivo da polícia disponível na cidade no momento do ataque era insuficiente para conter o grupo de garimpeiros, eles optaram por escoltar a liderança indígena e seus familiares para um local seguro, os quais, ao final, deixaram a cidade e se refugiaram em outro município. Além de Maria Leusa, caciques e lideranças

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://twitter.com/CIDH/status/1397910909348061185?s=20>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://jornalresistenciaonline.blogspot.com/2021/05/carta-aberta-em-apoio-ao-povo-munduruku.html>



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

contrárias aos garimpos e que têm realizado denúncias sistemáticas à Polícia Federal são alvos de possíveis futuros ataques. São elas:

1. *Arnaldo Kaba, aldeia Katõ, Terra Indígena Munduruku - Cacique geral do povo Munduruku*
2. *Maria Leusa Kaba Munduruku, aldeia Fazenda Tapajós, Terra Indígena Munduruku;*
3. *Alessandra Korap, Aldeia Paria do Índio, Reserva Praia do Índio;*
4. *Ana Poxo, Aldeia Poxorebem, Terra Indígena Sai Cinza;*
5. *Ademir Kaba, Aldeia Santa Cruz, aldeia Pombal, Terra Indígena Munduruku;*
6. *Celso Tawe, Aldeia missão Cururu, Terra Indígena Munduruku;*
7. *Cacique Osmarino Manhuary, Aldeia Jacarezinho, Terra Indígena Munduruku*
8. *Cacique Fernando Kaba, Aldeia Kaba Cug, Terra Indígena Munduruku;*
9. *Isaías Kirixi, vereador indígena de Jacareacanga*
10. *Edvaldo Poxo, Aldeia Waro Apompu, Terra Indígena Munduruku;*
11. *Cacica Isaura Muo, Aldeia Fazenda Tapajós, Terra Indígena Munduruku;*
12. *Clemildo Cosme Kaba, Aldeia Fazenda Tapajós, Terra Indígena Munduruku;*
13. *Cacique Vivaldo Kirixi, Aldeia Missão Cururu, Terra Indígena Munduruku*
14. *Cacique Edilson Akay; Aldeia Nova Trairão, Terra Indígena Munduruku*



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

15. *Cacique Geilson Karo, aldeia Karowaxetbu, Terra Indígena Munduruku;*
16. *Ediene Kirixi- aldeia Papagaio, Terra Indígena Kayabi;*
17. *Cacique José Emiliano Kirixi, aldeia Papagaio, Terra Indígena Munduruku;*
18. *Cacique Juarez Saw, aldeia Sawre Muybu. Terra Indígena Munduruku;*
19. *Cacique Luciano Saw, aldeia Patawazal, Terra Indígena Munduruku.*

Informamos ainda que cinco dessas lideranças (Maria Leusa Kaba Munduruku, Alessandra Korap, Ana Poxo, Isaura Muo e Clemildo Cosme Kaba) e suas famílias (31 pessoas no total) foram retiradas pelas próprias organizações indígenas e entidades que as apoiam, de forma urgente, da região do conflito, em função do Governo Federal e Estadual, e suas forças de segurança, não terem garantido a proteção necessária para estas pessoas. Em 31 de maio de 2021, estas lideranças (Maria Leusa Kaba Munduruku, Alessandra Korap, Ana Poxo, Isaura Muo e Clemildo Cosme Kaba e suas famílias) foram incluídas no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos no Estado do Pará, e foram solicitadas das autoridades e do Programa uma série de medidas visando garantir o retorno das mesmas às suas casas e aldeias, bem como providências para proteger a vida de outras lideranças que ainda permanecem na região.

Em 11 de maio, antes do início das operações, o cacique Fernando Kaba Munduruku foi atacado e sofreu agressões físicas e ameaças do garimpeiro Zenóbio Manhuary. O agressor se utilizou de um pedaço de madeira para perpetrar as lesões corporais contra a liderança indígena. Esse foi o segundo ataque contra caciques Munduruku. O crime foi reportado às autoridades competentes,



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

no Boletim de Ocorrência Policial no. 00277/2021.119410-0.<sup>9</sup> De acordo com investigações da Polícia Federal, o garimpeiro Zenóbio Manhuary atua em conluio com o grupo que tem invadido o território Munduruku<sup>10</sup>. Um dos líderes, o empresário Gilson Spier, conhecido como “Polaquinho”, foi preso no último 13 de maio, em Jacareacanga. Após 5 dias preso temporariamente, foi posto em liberdade em 18 de maio e vai responder aos crimes em liberdade.<sup>11</sup>

Diante do escalonamento da tensão no território Munduruku, o Ministério Público Federal requereu à Justiça que obrigue o retorno das forças federais a Jacareacanga, não apenas para a retomada das operações de retirada dos garimpos, como para defender os indígenas e lideranças contrários a essa atividade ilegal.<sup>12</sup> Em 29 de maio a Justiça Federal deu prazo de 24 horas para que o governo federal promova o retorno das forças federais, mantendo efetivo de segurança pública na área. A ordem judicial determina que sejam mantidos efetivos armados na região, “seja da Polícia Federal, seja das Forças Armadas, seja da Força Nacional de Segurança Pública”, para “garantir a segurança do povo Munduruku e dos demais habitantes do município”.<sup>13</sup> Ademais, a ordem estabelece que:

“Devem as forças de segurança pública Federais, e as Forças Armadas, impedirem novas invasões das Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza, e atos criminosos na área urbana do Município de Jacareacanga, com foco

<sup>9</sup> Boletim de Ocorrência. Anexo III.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/05/16/familia-de-garimpeiros-ilegais-se-associa-a-indios-e-quadrilhas-para-explorar-ouro-na-amazonia.ghtml>.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.giroportal.com.br/noticias/7369-empresario-alvo-de-operacao-da-pf-em-itaituba-responde-em-liberdade>

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/ataques-armados-a-indigenas-contrarios-a-mineracao-ilegal-podem-se-repetir-no-para-alerta-mpf>

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/justica-ordena-retorno-de-forcas-federais-a-regiao-onde-indigenas-munduruku-estao-sob-ataque-de-garimpeiros>



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

especial nas seguintes localidades: Aldeia Pombal, Aldeia Santa Cruz, Aldeia Katõ, Aldeia Missão Cururu e Aldeia Poxorebem, identificadas, no momento como focos de maior tensão, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00”.

Como se vê, portanto, o cenário de violência e ameaça à vida e à integridade física dos membros do povo indígena Munduruku são iminentes, sendo urgente que esta ilustre Comissão Interamericana inste o Estado Brasileiro a adotar medidas para proteger o povo indígena Munduruku. Os peticionários reiteram, assim, pedido já formulado para que requeira ao Estado Brasileiro a adoção de medidas urgentes para proteger o povo Munduruku frente à expansão do garimpo e, conseqüentemente, da Covid-19, com transparência e em coordenação com os beneficiários e os seus representantes.

### III) Povos indígenas Guajajara e Awá Guajá

A razão da solicitação de medidas cautelares em favor dos povos indígenas de Araribóia, Guajajara e Awá Guajá, se justifica na situação de urgência e emergência pré existente à pandemia e potencializada por ela.

Sujeitos a ações ilícitas de agentes externos às comunidades, madeireiros, posseiros, caçadores que constantemente colocam em risco a vida indígena, os povos originários em comento encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade em razão da inexistência de ações e políticas efetivas de enfrentamento à realidade posta.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

Dados recentemente divulgados pelo INPE, apontam que o mês de abril de 2021 teve o pior desmatamento desde 2016, confirmando a tendência crítica do aumento dos desmatamentos nos últimos anos. Em anexo<sup>14</sup>, demonstramos casos de violação ao território Araribóia ocorridos recentemente conforme localização descrita nas imagens e vídeo, todos capturados pelos guardiões de Araribóia.

Além do território, o maior bem fundamental desses povos, a vida, resta ameaçada. Nesse sentido foram os diversos dados e comprovações de ameaças, assassinatos e violências praticadas em detrimento dos indígenas, principalmente as lideranças que estão na linha de frente da proteção do território.

Conforme relatório enviado a esta honorável Comissão, as maiores vítimas de assassinato nos territórios são os defensores dos direitos indígenas e isto revela a intrínseca relação entre a violação do direito à vida e ao território. Cenário estruturado dentro da Terra Indígena Araribóia há mais de 10 anos conforme comprovado anteriormente, que perdura ao longo dos anos sem que medidas efetivas e lineares de enfrentamento e proteção sejam articuladas e executadas.

Ressaltamos ainda que dentro desse contexto diversas lideranças indígenas são intimidadas em razão da atuação em defesa dos direitos coletivos dos Povos indígenas, principalmente do território. Veja-se o caso da liderança indígena Sônia Guajajara. Foi emitido um despacho do Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) requerendo à Polícia Federal a instauração de inquérito policial para investigar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e suas organizações

---

<sup>14</sup> Anexos IV, V e VI.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

de base em razão da produção da Web Serie Maracá, na qual se denunciou a omissão do Governo Federal no combate à Covid-19.

O evidente abuso do uso instrumental de prerrogativas funcionais do Presidente da Funai com a finalidade de persecução penal e de calar manifestações políticas foi rechaçado de plano pela Justiça Federal, que nos autos do habeas corpus impetrado pela Sonia Guajajara, na qualidade de coordenadora executiva da APIB, concedeu a medida pleiteada e determinou o imediato trancamento do Inquérito Policial, por violar os princípios do Estado Democrático de Direito e as garantias fundamentais de liberdade de manifestação e a livre atuação política em defesa dos povos indígenas. Tais fatos foram relatados a essa Comissão pela APIB, por meio do *Report 02/2021*, em 05 de maio de 2021.

Potencializando esse contexto, tem-se os agravantes advindos da pandemia de Covid-19 e as formas estatais utilizadas para sua contenção. Com o cenário pandêmico dispararam as invasões e a exploração ilegal dos recursos naturais das terras indígenas constituindo-se como um fator de propagação do vírus, levando ao duplo desafio para comunidades indígenas de terem que proteger sua saúde e vida, e seu próprio território.

Ainda mais agravante é a atuação do Governo Brasileiro frente à necessidade de enfrentamento à Covid-19, ou mesmo a ausência dela tanto na execução de políticas públicas de saúde indígena quanto na proteção dos territórios. Omissão esta, inclusive, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADPF n. 709, proposta pela APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. O aumento do desmatamento, associado aos ilícitos ambientais, também tem gerado aumento



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

de conflitos, perseguições e retaliações às lideranças indígenas, em alguns casos, ao assassinato de lideranças da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA)<sup>15</sup>.

Dentro dessa realidade que persegue as terras indígenas no Brasil e no Maranhão, a Terra Indígena objeto da solicitação das cautelares constitui uma das mais graves.

A situação das invasões de madeireiros na terra Araribóia é pública e notória, resultando em vários assassinatos de lideranças indígenas e nem mesmo ações judiciais tem sido capaz de compelir o Governo Federal, em especial a Funai, a implementar um plano efetivo de proteção da terra indígena, que ainda é mais grave, em função da presença de povos indígenas em isolamento voluntário que vivem neste território (COAPIMA, p. 3).

Nesse contexto crítico, a situação do povo Awá Guajá é ainda mais delicada no que diz respeito à fragilidade das ações de proteção dos povos em isolamento voluntário. Também é motivo de preocupação da COAPIMA, uma vez que:

por possuírem maior vulnerabilidade sócio-epidemiológica, essas populações estão com sua existência física e cultural ainda mais ameaçadas, diante do atual contexto pandêmico e do aumento das pressões dos ilícitos ambientais nos seus territórios. Cenário também agravado pela deficiência das ações dos órgãos federais responsáveis pela proteção dos territórios e pela saúde indígena, como, por exemplo, em relação à falta de empenho na instalação de barreiras sanitárias nas respectivas terras indígenas com presença de povos em isolamento voluntário.

Na contramão da tentativa de defesa dos territórios, exemplos como os Cadastros Ambientais Rurais - CAR sobrepostos a terras indígenas do Maranhão é outro fator de incentivo à ocupação e exploração dos recursos naturais das terras

---

<sup>15</sup> Anexo VI.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

indígenas. Restam por estimular o desmatamento e a consolidação da ocupação não indígena em terras indígenas, contribuindo para legalização da grilagem e para expropriação territorial de áreas tradicionais dos povos indígenas.

Neste cenário de retrocessos de direitos, autoritarismos, insuficiência de instâncias nacionais e situação de urgência em razão das vidas indígenas de Araribóia, é que a CIDH representa uma alternativa ao cenário de violação aos povos e suas garantias fundamentais.

#### IV) Povos indígenas Yanomami e Ye'kwana

As lideranças indígenas das etnias Yanomami e Ye'kwana - que habitam as Terras Yanomami - vêm, sistematicamente, alertando os órgãos públicos para os prejuízos da invasão garimpeira à sua saúde, segurança e integridade física. Longe de arrefecer, a eclosão da pandemia da Covid-19 viu a atividade tomar novo impulso, deixando os indígenas ainda mais vulneráveis. O aumento de conflitos armados é ostensivo. Os alertas das comunidades e a sucessão de eventos ao longo do último ano atestam este quadro. Vale rememorá-los rapidamente.

No dia 9 de abril de 2020, foi registrado o primeiro óbito entre os Yanomami, por Covid-19. Alvaney Xirixana, um jovem da comunidade de Helepi. Ele tinha apenas 15 anos e sua condição de saúde estava afetada por "doenças como desnutrição, anemia, malárias repetitivas"<sup>16</sup>. A Hutukara Associação Yanomami

---

<sup>16</sup> AMAZÔNIA REAL. Por Ana Amélia Hamdan, Kátia Brasil e Emily Costa. Morre jovem Yanomami por COVID-19, em Roraima, diz Sesai. Notícia de 09.04.2020. Disponível em:



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

(HAY) vem, reiteradamente, informando às autoridades sobre novas invasões e pedindo providências. No dia 14 de abril de 2020, a entidade enviou ofício à Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), à Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC) e ao Ministério Público Federal (MPF-RR) em que denuncia “novo acampamento de garimpeiros próximo à comunidade de Korekorema” (Anexo VII). Há, ainda, denúncia de novo garimpo no rio Uraricoera, Waikás e a preocupação com a contaminação de Covid-19. A comunidade de Korekorema, nas margens do rio Uraricoera, relatou que, desde o início de abril, um grupo de garimpeiros, com aproximadamente 50 pessoas, havia montado um acampamento, levantado barracões e preparado balsas de raspa terra nas proximidades da comunidade, rio acima (Anexo VIII).

Em 2 de maio de 2020, a HAY, em novo ofício solicitava: “Enquanto nos órgãos de saúde a situação já está muito ruim, milhares de garimpeiros continuam invadindo nossas comunidades para tirar ilegalmente o ouro, que tem que ficar embaixo da terra. Além de destruir a terra-floresta e ameaçar nossas famílias, eles agora aumentam o risco de trazer a doença para as comunidades da Terra Yanomami. Os Yanomami estão se protegendo da Xawara ficando em suas comunidades, mas isso não vai adiantar se os garimpeiros continuarem entrando: o governo precisa agir urgente para retirá-los e impedir que retornem” (Anexo IX).

Em 26 de maio de 2020, a HAY encaminhou Carta conjunta das Associações indígenas da Terra Indígena Yanomami ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

---

<<https://amazoniareal.com.br/morre-jovemyanomami-por-COVID-19-em-roraima-diz-sesai/>>. Acesso em: 15.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Presidência da Câmara, Presidência do Senado, e Conselho da Amazônia. O ofício alertava para a ameaça do garimpo ilegal e consequente contaminação da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami, e pedia aos órgãos que atuassem “para retirar os garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, responsabilizar quem promove o garimpo ilegal na Amazônia, e impedir que continuem invadindo e destruindo a terra-floresta” (Anexo X).

Em relatório de viagem de um grupo de Ye'kwana no Uraricoera, de 06 de junho de 2020, há informações detalhadas sobre a intensa atividade garimpeira no citado rio, apesar da pandemia. O relatório registra, entre outros, a cobrança de pedágio no porto de Arame, a intensa circulação de embarcações e aeronaves, a degradação florestal e poluição das águas, e ameaças à segurança para a circulação dos indígenas em sua própria terra (Anexo XI).

Na data de 14 de junho de 2020, duas lideranças Yanomami foram assassinadas na comunidade Xaruna, Serra do Parima (Alto Alegre), devido a conflito com garimpeiros<sup>17</sup>. O ataque foi denunciado pela Hutukara Associação Yanomami (Anexo XII). Em resposta, o Ministro da Defesa minimizou a tensão

---

<sup>17</sup> G1. Por Valéria Oliveira. Jovens indígenas são mortos por garimpeiros em conflito na Terra Yanomami em Roraima. Notícia de 26.06.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/06/26/jovensindigenas-sao-mortos-por-garimpeiros-em-conflito-na-terra-yanomami-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 15.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

entre indígenas e garimpeiros na Terra Yanomami e disse que os conflitos “não são corriqueiros”<sup>18</sup>.

Em junho de 2020, a reportagem internacional “The threatened tribe: Satellite images show how a lust for gold is damaging Brazil’s remote Amazon”<sup>19</sup>, publicou imagens impressionantes da destruição do garimpo na Terra Indígena Yanomami. O link encontra-se no rodapé.

Em 17 de julho de 2020, a Hutukara Associação Yanomami denunciou a alta circulação de garimpeiros na comunidade de Kayanau, a disseminação de casos de Covid-19 entre os indígenas, o precário atendimento de saúde aos Yanomami e o desvio de medicamentos do posto de saúde local para garimpeiros em troca de ouro, bem como solicitou providências (Anexo XIII).

Na mesma data, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emite a já citada Resolução nº 35/2020 quanto ao pedido de Medidas Cautelares nº 563/20, identificando grave e iminente risco de dano irreparável à saúde, vida e integridade física dos povos Yanomami e Ye’kwana. Nela, a CIDH notifica o

---

<sup>18</sup> G1 RORAIMA. Por Fabrício Araújo e Valéria Oliveira. Ministro da Defesa minimiza tensão entre índios e garimpeiros na Terra Yanomami e diz que conflitos 'não são corriqueiros'. Reportagem de 01.07.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/07/01/ministro-da-defesa-minimiza-tensao-entre-indios-egarimpeiros-na-terra-yanomami-e-diz-que-conflitos-nao-sao-corriqueiros.gh>>. Acesso em: 15.05.2021.

<sup>19</sup> REUTERS GRAPHICS. Por Marco Hernandez, Simon Scarr and Anthony Boadle. The threatened tribe: Satellite images show how a lust for gold is damaging Brazil’s remote Amazon. Notícia de 26 de junho de 2020. Disponível em: <<https://graphics.reuters.com/BRAZIL-INDIGENOUS/MINING/rlgvdlonvo/>>. Acesso em: 15.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

Estado brasileiro a tomar providências, no prazo de 15 dias, para assegurar os direitos durante a pandemia - as quais não foram tomadas.

No dia 12 de agosto de 2020, a vulnerabilidade epidemiológica dos Yanomami foi escancarada com a trágica morte de 4 bebês vítimas da Covid-19<sup>20</sup>. Até então, a doença era considerada inofensiva para crianças.

Em 23 de setembro, a HAY novamente oficia às autoridades para denunciar a abertura de novo foco de garimpo nas proximidades da comunidade de Korekorema, solicitando sua retirada e o retorno de fiscalização permanente na calha do Rio Uraricoera para impedir o fluxo constante de embarcações.

Em 4 de novembro, a HAY denunciou, novamente, o aumento da atividade garimpeira ilegal nas regiões de Xitei e do Homoxi (Anexo XIV), após receber carta de liderança indígena indicando a intensificação da atividade, a consolidação de uma estrutura garimpeira no local e o sequestro da infraestrutura de atendimento à saúde indígena. Em 2016, a região fora palco de um conflito sangrento entre indígenas e garimpeiros após estes assediarem mulheres que se banhavam no rio e a consequente morte de um bebê indígena. Nas palavras da HAY:

“Agora os garimpeiros estão trabalhando perto da região do Xitei, eles estão usando pista de pouso, também eles estão usando posto de saúde, eles usando

---

<sup>20</sup> EL PAÍS. Por Joana Oliveira. COVID-19 acossa bebês Yanomami enquanto STF cobra de Bolsonaro atenção completa a indígenas - no fim de semana, cinco crianças da etnia foram removidas às pressas de sua aldeia por suspeita da doença e levados a São Gabriel da Cachoeira (AM). Quatro confirmaram ter o vírus. Notícia de 12.08.2020. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/COVID-19-acossa-bebes-yanomami-enquanto-stf-cobrade-bolsonaro-atencao-completa-a-indigenas.html#?sma=newsletter\\_brasil\\_diaria20200813](https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/COVID-19-acossa-bebes-yanomami-enquanto-stf-cobrade-bolsonaro-atencao-completa-a-indigenas.html#?sma=newsletter_brasil_diaria20200813)>. Acesso em: 15.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

posto para abastecer seus alimentos, dia 03 de setembro de 2020, outras lideranças Yanomami do Haxiu foram lá, na comunidade Xitei, assim que eles viram muitos garimpeiros, muitos aviões, muitos helicópteros. As lideranças Yanomami estão muito preocupadas sobre garimpo que está aproximando novamente na região do Xitei, as mulheres, crianças, já está sujando os rios na sua comunidade. Têm muitos maquinários, eles têm internet, tem muito lanchonetes, tem muito combustível, muitos armas de fogos. Duas lideranças Yanomami do Haxiu foram para visitar seus parentes, na região do Homoxi, também viram bastantes os garimpeiros no posto de saúde, eles estão usando pista de pouso na região Homoxi, muito perto os garimpeiros estão trabalhando, as lideranças Yanomami estão muito preocupados sobre isso, as mulheres estão muito triste, eles sabem como funciona os garimpeiros década de 80 e 86, muita gente morreram por causa dos Warëpë. Já está começando muita malária com os Yanomami, os garimpeiros trouxeram malária para Homoxi. Todos os Yanomami estão muito tristes, cada vez mais os garimpeiros estão aumento no Homoxi. Têm muita internet, muitos maquinários, muitos combustível, muitos armas de fogos.” (4 de novembro de 2020).

Em novembro de 2020, o Ofício nº 70/2020/CFPE, da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye’Kwana, juntado pela União na ADPF 709 (Anexo XV), afirma que “os casos de transmissão comunitária se destacam nas regiões com atividade garimpeira: Alto Mucajaí, Waikás, Apiaú, Kayanaú; destes, apenas o Apiaú tem acesso fluvial, todos os demais são locais de acesso aéreo”. Em outras palavras, a contaminação dos indígenas pela Covid-19, a partir da presença de garimpeiros ilegais na TIY é fato incontroverso, confessado e assumido pela própria União nos presentes autos.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

Novos conflitos voltaram a acontecer em dezembro de 2020, quando as lideranças Yanomami denunciaram a situação de extrema tensão em seu território, após o sequestro de duas indígenas de uma aldeia<sup>21</sup>. Em dezembro, os garimpeiros promoveram festas dentro da TI Yanomami, até com a presença de um conhecido cantor local<sup>22</sup>.

Já em março deste ano, garimpeiros atacaram a comunidade de Helepe, dando início a um tiroteio que resultou em um óbito e um ferido. Em ofício enviado pela HAY (Anexo XVI), os órgãos competentes foram alertados para a escalada dos conflitos entre garimpeiros e indígenas, bem como possíveis retaliações por parte dos garimpeiros, que tomaram controle do acesso e circulação de pessoas no rio Uraricoera. Na ocasião, nenhuma medida foi adotada para retomar a segurança no local e garantir a livre circulação para os indígenas, em sua própria terra!

O garimpo ilegal avançou 30% na TIY em 2020, segundo relatório da HAY<sup>23</sup>. O adensamento da atividade ilegal traz outros graves problemas, como a precarização no atendimento à saúde e desvio de medicamentos reservados aos indígenas. Cite-se que, segundo denúncias da HAY, garimpeiros têm trocado ouro

---

<sup>21</sup> ISTOÉ. Yanomamis brasileiros alertam sobre forte tensão com garimpeiros ilegais. Notícia de 17.12.2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/yanomamis-brasileiros-alertam-sobre-forte-tensao-com-garimpeiros-ilegais/>>. Acesso em: 15.05.2021.

<sup>22</sup> G1 RORAIMA. Por Valéria Oliveira. Cantor Wanderley Andrade faz show em garimpo ilegal dentro da Terra Yanomami em RR: 'quantas vezes me chamarem, eu vou'. Notícia de 28.12.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/12/28/cantor-wanderley-andrade-faz-show-em-garimpo-ilegal-dentro-da-terra-yanomami-em-rr-quantas-vezes-me-chamarem-eu-vou.ghtml>>. Acesso em: 15.05.2021.

<sup>23</sup> G1 RORAIMA. Garimpo ilegal avança 30% na Terra Yanomami em ano de pandemia, aponta relatório. Notícia de 25.03.2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/25/garimpo-ilegal-avanca-30percentna-terra-yanomami-em-um-ano-aponta-relatorio.ghtml>>. Acesso em: 15.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

por vacinas<sup>24</sup> destinadas à população indígena. É o que consta em mais uma denúncia formulada pela HAY em abril de 2021 (Anexo XVII).

A última sequência de ataques já foi informada nos autos da ADPF 709: em 30 de abril de 2021 houve um tiroteio na comunidade de Palimiu (Anexo XVIII), após desentendimentos com garimpeiros que trafegavam no rio Uraricoera. Temendo retaliações, a comunidade pediu apoio do Poder Público para a manutenção de sua segurança. Em 18 de fevereiro de 2021, lideranças da comunidade já haviam protocolado ofício à Polícia Federal (Anexo XIX) alertando para a ameaça à sua saúde e vida representada pela intensa atividade garimpeira que vinha se impondo sobre as comunidades da região, solicitando apoio para a sua retirada.

No dia 10 de maio de 2021, a HAY recebeu denúncias de um ataque de garimpeiros à comunidade de Palimiú (Anexo XX), do qual os indígenas se defenderam, do que resultou em troca de tiros. Na mesma data, os indígenas foram ameaçados de novas retaliações. No final do dia, o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami fez visita à comunidade e retornou confirmando o conflito, com quatro mortes de garimpeiros.

No contexto do tiroteio, duas crianças indígenas que tentavam fugir, perderam-se e acabaram morrendo afogadas (Anexo XXI). Parte da denúncia das

---

<sup>24</sup> UOL. Por Rubens Valente. Associação ianomâmi alerta Saúde que garimpos têm trocado ouro por vacina. Notícia de 13.04.2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/04/13/associacao-yanomami-COVID-vacinacao.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

lideranças e da HAY sobre o ocorrido foi divulgada em reportagem do jornal “O Globo” e dimensiona a gravidade da situação: “Duas crianças faleceram no episódio de segunda-feira, 10. Após todos terem corrido dos tiros, elas ficaram perdidas. No dia 11, os adultos saíram à sua procura. No dia 12, encontraram os 02 corpos caídos na água”, afirma a Hutukara Associação Yanomami. (...) ‘Os garimpeiros permanecem desde 2012 e até hoje já morreram 578 parentes Yanomami contaminados, e nenhuma medida foi tomada até hoje. Estamos destruindo nossos rios, poluindo águas, peixes e todos os animais. Estamos enfrentando sérios problemas de saúde. Já não podemos mais tomar banho no rio e ficamos com queda de cabelos tanto de crianças e adultos por conta da forte química jogada no rio’. Já não aguentamos mais. Exigimos a retirada imediata dos invasores de nosso território, diz trecho da carta. Os indígenas relatam preocupação com ameaças: ‘Nesse momento, a comunidade de Palimiu está sem nenhuma assistência de saúde: os profissionais de saúde foram removidos por conta dos tiroteios. Também não tem nenhuma força pública de segurança permanente do local, e os garimpeiros continuam diariamente amedrontando a comunidade. Os garimpeiros estão circulando ao redor da comunidade armados em barcos. Na noite do dia 14 de maio entraram na comunidade, mas os Yanomami tinham fugido do mato para se proteger’, dizem os indígenas”<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> O GLOBO. Por Daniel Biassetto. Lideranças Yanomami dizem que duas crianças morreram afogadas em ataque de garimpeiros. Notícia de 15.05.2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/liderancas-yanomami-dizem-que-duas-criancas-morreram-afogadas-em-ataque-de-garimpeiros-25019784>>. Acesso em: 15.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

Já em 11 de maio, a Polícia Federal realizou diligência na comunidade do Palimiu e foi recebida a tiros por garimpeiros, dando início a novo conflito na comunidade. Ao fim da diligência, o órgão se retira do local, deixando os Yanomami vulneráveis a novas retaliações. Na data de 12 de maio, equipe do Exército se deslocou para a comunidade do Palimiu, onde permaneceu por duas horas somente. Mais uma vez, o poder público se retirou, deixando os Yanomami vulneráveis a novos ataques: às 22h45 do mesmo dia, os garimpeiros novamente atiraram contra a comunidade<sup>26</sup>.

Frente à inércia dos órgãos públicos locais responsáveis por manter sua segurança, e deixados sozinhos para se defender desta sequência de ataques armados, os Yanomami e Ye'kwana seguem pedindo a todas as instâncias que seu pedido de socorro seja escutado. Ao dia 14 de maio, as Associações Hutukara e Wanassedume enviam carta conjunta aos Relatores Especiais das Nações Unidas de Direitos Humanos, nomeadamente para o Relator Especial sobre direitos dos Povos Indígenas, Sr, Francisco Cali Tzay; para a Relatora Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia, e intolerâncias relacionadas, Sra. E. Tendayi Achiume; e para a Relatora Especial sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, Sra. Mary Lawlor (Anexo XXII). Na carta, pedem que seja dada atenção a seu apelo, a fim de impedir a perpetuação das graves violações de direitos humanos que estão sofrendo.

---

<sup>26</sup> GI RORAIMA. Por Valéria Oliveira e Juliana Dama. Exército deixa região de conflito e garimpeiros atiram mais uma vez contra comunidade na Terra Yanomami, diz associação. Notícia de 13.05.2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/13/exercito-deixa-regiao-de-conflito-e-garimpeiros-atiram-mais-umavez-contracomunidade-na-terra-yanomami.ghtml>>. Acesso em: 16.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

O último conflito registrado na TI ocorreu em 16 de maio de 2021 (Carta-Denúncia da Hutukara – Anexo XXIII). Segundo denúncias confirmadas pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami (Condisi-Y)<sup>27</sup>, quinze barcos de garimpeiros atacaram a comunidade de Palimiú por volta de 21h40. A comunidade relatou que havia muita fumaça, que “as crianças apresentam fraqueza, muita dor na garganta e dificuldade para respirar”<sup>28</sup>, “indicando o disparo de bombas de gás de gás lacrimogêneo contra os indígenas”<sup>29</sup>.

Há que se registrar que o garimpo que se instala atualmente em terras indígenas, conquanto ilegal, é atividade econômica que conta com maquinário milionário e depende de logística de alto custo. Além disso, há fortes indícios de que a atividade tem profundos elos com o tráfico de armas e de drogas, conforme noticiado pela imprensa de circulação nacional. Informações publicadas no Jornal “O Globo”, de 16 de maio de 2021, noticiam que facções criminosas, que antes estavam apenas em grandes capitais, ao que tudo indica, já controlariam o garimpo dentro da TI Yanomami: “A Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) estão investigando um esquema de contrabando de armas e drogas com as “digitais” de duas facções criminosas, uma paulista e outra venezuelana, no Rio

---

<sup>27</sup> G1 RORAIMA. Por Valéria Oliveira e Juliana Dama. Garimpeiros jogam bombas contra indígenas em 7º dia de ataques na Terra Yanomami, dizem lideranças. Notícia de 17/08/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/17/garimpeiros-atiram-e-jogam-bombas-contra-indigenas-em-7odia-de-ataques-na-terra-yanomami.ghtml>>. Acesso em: 17.05.2021.

<sup>28</sup> O GLOBO. Por Daniel Biasetto. Yanomamis relatam ataque com tiros e bombas de gás em nova ação de garimpeiros. Notícia de 17.05.2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/yanomamis-relatam-ataquecom-tiros-bombas-de-gas-em-nova-acao-de-garimpeiros-1-25021318>>. Acesso em: 17.05.2021.

<sup>29</sup> UOL. Por Rubens Valente. Indígenas denunciam novo ataque de garimpeiros na terra Yanomami, em RR. Notícia de 17/08/2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/05/17/ianomamisrelatam-novo-ataque-de-garimpeiros-em-terra-indigena.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 17.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

Uraricoera, em Roraima, na fronteira com a Venezuela. A região é a mesma onde tem ocorrido conflitos armados entre garimpeiros ilegais e indígenas da Terra Yanomami. (...) Garimpeiros que pediram para não ser identificados com medo de represálias contaram ao GLOBO que, de alguns anos para cá, a situação mudou e passou a haver mais registros de roubos e mortes. Eles confirmaram que a facção paulista que atua nos presídios de Roraima está presente no garimpo, seja para fazer “segurança” de empresários do garimpo ou de líderes da própria facção, que aproveitam o comércio ilegal de ouro para a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas e armas”<sup>30</sup>.

De acordo com a Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Trabalho em Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o garimpo contribui decisivamente para um contexto de vulnerabilidade socioambiental e de emergência sanitária sistêmica nos territórios onde se instala, o que é agravado pela falta de atendimento à saúde à população indígena.

Ao lado da disseminação do coronavírus, a atividade de garimpo gera elevada contaminação por mercúrio da população indígena – altamente tóxica – bem como altíssima incidência de malária. Hoje, os Yanomami enfrentam uma situação sanitária desesperadora, que inclui pandemias sobrepostas de Covid-19 e de malária, contaminação endêmica por mercúrio oriunda do garimpo, e quadros nutricionais associados à insegurança alimentar, com alta prevalência de anemia e desnutrição infantil. Trata-se de contexto terrível, que em muito lembra a tragédia

---

<sup>30</sup> O GLOBO. Por Daniel Biasetto. Polícia Federal e MPF investigam ação de facções em Terra Yanomami. Notícia de 16.05.2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/policia-federal-mpf-investigam-acao-de-faccoes-emterra-yanomami-1-25019591>>. Acesso em: 16.05.2021.



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

que assolou os Yanomami na corrida do ouro dos anos 1980, quando, em regiões com intensa presença de garimpo, comunidades inteiras desapareceram ou tiveram sua estrutura demográfica comprometida. Nas palavras da Abrasco: “Está bastante documentada a introdução da malária no território Yanomami, particularmente com a invasão garimpeira a partir do final da década de 1980, que resultou na sua disseminação e ocorrência de graves surtos epidêmicos e elevada morbimortalidade. Após a demarcação do território Yanomami e implantação do Distrito Sanitário Yanomami na região, conseguiu-se controlar a transmissão da malária. Entretanto, nos últimos anos com o relaxamento das medidas de controle e aumento das atividades garimpeiras, novamente observa-se o agravamento da situação. Se no período de 2005 a 2014, ou seja, ao longo de uma década, foram registrados 41.689 casos de malária no território Yanomami (Sánchez Ribas, 2015), somente em 2019 foram notificados 17.981 casos; em 2020, foram 19.030 e; até 12 de maio de 2021, já haviam sido registrados 5.159 no SIVEP-Malária. Considerando que a população no DSEI Yanomami está estimada, em 2021, pela Sesai, em 28.141 pessoas, são cabíveis as estimativas de que a malária afetou aproximadamente 64% da população em 2019 e 67% em 2020, se não considerarmos reinfecções no mesmo indivíduo. Entre 2019 e 2020 houve um aumento de 15.2% dos casos de malária em área indígena impulsionados largamente por um aumento de 56.2% dos casos associados à garimpo (Boletim da SVS, abril 2021). Este aumento segue sendo observado nos primeiros meses de 2021. (...) Os garimpos de ouro representam a principal fonte de contaminação ambiental por mercúrio na Amazônia. (...) O metilmercúrio é reconhecido como uma das apresentações mais tóxicas do mercúrio afetando os sistemas nervoso central, urinário, cardiovascular entre



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

outros e, pela sua capacidade de atravessar a placentária e hematoencefálica, afeta particularmente mulheres em idade reprodutiva, fetos e crianças menores de dois anos (Vega et al, 2018). Em gestantes, a contaminação por metilmercúrio é capaz atingir o cérebro do feto ainda em formação, causando danos irreversíveis, incluindo perda de audição, déficit cognitivo, retardo no desenvolvimento e malformação congênita, em crianças expostas durante o período intrauterino (Basta & Hacon, 2020). (...) Em que pese não existir limites seguros de exposição ao Mercúrio (Hg), a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que níveis acima de 6  $\mu\text{g.g}^{-1}$  podem trazer sérias consequências à saúde, principalmente a grupos vulneráveis. (...) Na Terra Indígena Yanomami, no estado de Roraima, a mineração de ouro começou a se estabelecer a partir da década de 1980, ocasionando além de contaminação ambiental por mercúrio, a desestruturação de inúmeras aldeias, o esgotamento de recursos naturais da fauna e da flora, surtos de malária marcados por alta letalidade, entre outros agravos e problemas sociais que incluem alcoolismo, prostituição e toda sorte de delitos (Kopenawa & Albert, 2015; Albert & Miliken, 2009; Pithan et al., 1991; Ramos, 1987). Castro et al. (1991) em um estudo realizado com 162 amostras de cabelo de indígenas Yanomami, que se encontravam internados na Casa de Saúde do Índio (CASAI) de Boa Vista/RR, relataram que 40% dos indígenas estudados apresentavam concentrações de mercúrio acima de 6,0  $\mu\text{g.g}^{-1}$ . Segundo os autores, os níveis mais elevados foram reportados na região de Surucucu, uma área onde havia intensa invasão de garimpeiros naquele momento da história. Em estudo realizado em colaboração com diversas entidades [ENSP/Fiocruz; PUC-RJ; Instituto Socioambiental (ISA); Hutukara Associação Yanomami (HAY); Associação do Povo Ye'kwana do Brasil



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

(APYB)] no qual se avaliou os níveis de contaminação por mercúrio (considerando índices  $\geq 6,0 \mu\text{g.g}^{-1}$ ), em 19 aldeias distribuídas na terra indígena Yanomami e agrupadas em 3 regiões (Paapiú, Waikás, Ye'kwana e Waikás Aracaçá), no estado de Roraima, em 2014, os autores revelaram que as prevalências de contaminação foram distintas, variando de 6,7% em Paapiú, passando por 27,7% na região Waikás Ye'kwana, atingindo 92,3% das pessoas na região de Waikás Aracaçá. (...) Conforme descrevemos anteriormente, a situação nutricional dos povos indígenas se caracteriza por um cenário de desnutrição crônica em menores de cinco anos. Também estão bem descritas na literatura as correlações entre garimpo e o aparecimento de surtos epidêmicos de malária em povos indígenas, que vem afetando particularmente os menores de 10 anos. Além da malária, a presença do garimpo nos territórios tradicionais tem elevado os níveis de exposição e contaminação por mercúrio nessas populações, tanto de adultos como de crianças. Os fatores acima mencionados atuando sinergicamente conformam um conjunto de vulnerabilidades socioambientais que afetam negativamente a saúde dos povos indígenas no contexto da pandemia, podendo criar condições para o agravamento nos casos de COVID-19. Por outro lado, é importante que esteja claro que tudo indica que está se atingindo um novo pico de agravamento da emergência sanitária do povo Yanomami e que pode se reproduzir em outros territórios. O conjunto de dados e notícias que temos acompanhado mostra um cenário que se assemelha a tragédia decorrente da invasão garimpeira, denominada “corrida do ouro”, iniciada em 1987. Naquele momento, a transmissão de doenças, como a malária, e a fome assolaram os Yanomamis, chegando a haver relatos de que entre 15 e 20% da população fora exterminada naquele período (Pithan et al,1989). Em regiões



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

com presença intensa de garimpo, comunidades inteiras praticamente desapareceram ou tiveram sua estrutura demográfica comprometida (Confalonieri, 1990)”.  
Em resumo: tem-se um quadro mais que dramático e urgentíssimo. A escalada da violência prenuncia resultados ainda mais trágicos, e por isso é indispensável que todas as medidas cabíveis a esta egrégia Comissão sejam tomadas.

Nos termos do que foi solicitado, este é o Resumo dos Fatos a serem apresentados na Audiência do dia 01 de julho de 2021, no âmbito do 180º período de Sessões da CIDH.

**LUIZ HENRIQUE ELOY AMADO**

*Assessor Jurídico da APIB*  
*OAB/MS 15.440*

Marco Apolo Santana Leão  
SDDH

Maria Judite da Silva Ballerio Guajajara  
COIAB

Leticia Marques Osorio

Leonardo A. Crippa



## ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - CONSELHO DO POVO TERENA -  
ATY GUASU - COIAB

### Assessoria Jurídica

Clínica de Direitos Fundamental/UERJ

Indian Law Resource Center

Frederico Boghossian Torres  
Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ

Melisandra Trentim  
Justiça Global

Raphaela Lopes  
Justiça Global

Pedro Martins  
Terra de Direitos